

# Pacto para uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia

Manaus, 05 de  
setembro de 2024



Realização



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# Pacto participativo para uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento da Amazônia<sup>1</sup>

Manaus, 05 de setembro de 2024

## 1. Introdução

Nos dias 4 e 5 de setembro, a convite da Financiadora de Projetos (FINEP), do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) e da Secretaria de Economia Verde do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEV/MDIC), estiveram reunidos mais de 70 atores do governo e da sociedade civil (empresários, trabalhadores e organizações sociais), representando 43 instituições, no workshop "*Iniciativas de Pesquisa e Inovação para a Amazônia*".

O objetivo foi construir consensos sobre os critérios orientadores para o fomento ao desenvolvimento dos ecossistemas produtivos sustentáveis, de Ciência, Tecnologia e Inovação amazônica, a serem considerados pelas agências de fomento e pelo sistema financeiro, a fim de alinhar a produção de conhecimento às exigências das políticas de redução de desigualdades e da Transformação Ecológica na região, de forma coordenada e coerente.

Nações mais desenvolvidas têm no avanço da pesquisa e inovação as bases para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e responsável e de uma economia do conhecimento. A centralidade dessa agenda nos últimos anos nos países desenvolvidos, e em alguns países em desenvolvimento, instaurou estratégias industriais e de CT&I com *status* de políticas de Estado de longo prazo, apoiadas em incentivos à P&D, formação de recursos humanos, ampliação de suas infraestruturas científicas, subvenções e uso do poder de compra governamental.

Uma premissa importante em qualquer projeto consistente de desenvolvimento da Amazônia é que ele tem de ser assumido e protagonizado pelas populações, setores econômicos e instituições amazônicas, com o decidido apoio e participação de todos os brasileiros de outras regiões, e mesmo estrangeiros, mas sempre considerando os habitantes da região como portadores de capacidade e de historicidade. Além disso, os ganhos de um novo paradigma de desenvolvimento para a região, que é uma grande perspectiva para a Amazônia e o Brasil, devem beneficiar as populações que ao longo dos séculos garantiram a conformação da sociobiodiversidade do bioma em questão.

---

<sup>1</sup> Declaração aprovada entre os atores presentes, entregue ao Ministro Alexandre Padilha (SRI)

## 2. Projetos apresentados

Foram apresentados 7 projetos de iniciativa de instituições da região, ou que foram gestados no âmbito dos grupos de trabalho do CDESS/SRI, ao longo do *workshop*, que se propõem a responder a objetivos estratégicos do Estado Brasileiro na região:

### 1) Centro de Bionegócios da Amazônia

Criado em 2002 no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica (PROBEM), o então Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), atual Centro de Bionegócios da Amazônia, conseguiu executar ao longo das últimas décadas diversos projetos científicos e tecnológicos em parceria com a academia e com instituições públicas e privadas, consolidando-se no cenário regional, nacional e internacional como instituição de referência para ações de aproveitamento econômico, racional e sustentável da biodiversidade da região amazônica. Espera-se que o Centro possa impulsionar sua missão de desenvolver tecnologias e novos negócios a partir do aproveitamento sustentável dos recursos naturais da biodiversidade, em especial da Amazônia, atuando de forma integrada com Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), incubadoras, aceleradoras e empresas de base tecnológica na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na região.

### 2) Projetos Tecnológicos de Alto Impacto

O GT Economia do Futuro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS) identificou vulnerabilidades na capacidade brasileira de incorporar tecnologias avançadas. Dentre elas, se destacou a dificuldade em priorizar e levar a cabo projetos de grande relevância estratégica, resultado da fragmentação de recursos escassos e da instabilidade no fluxo desses recursos e no apoio político a projetos.

A proposta, materializada no Decreto 12.081/2024, estrutura o formato desejado de consórcios entre pesquisadores, instituições de pesquisa e empresas, para o desenvolvimento de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto – que deverão ter ciclo de investimentos superiores a três anos e foram idealizados para tratar de projetos com inversões acima de R\$ 500 mil. Os Projetos deverão enfrentar desafios nacionais, de forma a promover crescimento econômico orientado pela sustentabilidade, inclusão social e geração de empregos de alta qualificação. Por isso, o novo instrumento abre uma oportunidade, para que as instituições com base no território Amazônico proponham ao Conselho dos Projetos Tecnológicos de Alto Impacto um Polo de Tecnologias Sustentáveis na Amazônia.

### 3) Instituto de Tecnologia da Amazônia (AMIT)

A iniciativa visa transformar os mais diversos conhecimentos – combinando os saberes científicos com os dos Povos Indígenas e comunidades locais – em inovação tecnológica, existentes ou a produzir, oferecendo soluções criativas e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociobioeconomia. O objetivo é melhorar a qualidade de vida e o empoderamento da população amazônica, além de garantir a conservação do meio ambiente com a manutenção da floresta em pé e os rios fluindo. O projeto está

#### **4) Centro Integrado da Sociobiodiversidade da Amazônia (CISAM)**

A fim de incrementar a formação de pessoal e a produção de conhecimento sobre a região, a partir de uma agenda de pesquisas que reflita os grandes desafios enfrentados pelas populações locais, e contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, pesquisadoras(es) das Universidades Federais amazônicas estruturaram o Centro Integrado de Sociobiodiversidade da Amazônia – Cisam. No âmbito do Cisam, foram constituídas ou fortalecidas redes de pesquisa e extensão para o trabalho interdisciplinar em oito áreas temáticas, quais sejam: 1. Biodiversidade e Conservação 2. Monitoramento de Água, Floresta, Solo e Clima; 3. Cidades Vilas e Territórios Amazônicos; 4. Monitoramento do Oceano e da Foz do Amazonas; 5. Dinâmicas Socioeconômicas Territoriais e Fundiárias na Amazônia; 6. Contaminação Ambiental e Saúde do Amazônida; 7. Povos e Populações da Amazônia; 8. Inovação, Sociobioeconomia e Desenvolvimento Sustentável.

#### **5) Arranjos Territorializados de Conhecimento para a Sociobioeconomia**

O objetivo deste projeto é propiciar a permanência, na Amazônia, dos jovens egressos das estruturas de Ciência Tecnologia e Inovação (ICT) da Região e mobilizar essas instituições para o desenvolvimento territorial sustentável. Estima-se um total de 405 estruturas de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal, que oferecem 655 cursos de pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, engenharias, botânica, sociologia, saúde, direito e biotecnologia.

Diversas estratégias podem ser desenvolvidas com o objetivo de fixação desses jovens, como o atendimento à demanda das ICT por profissionais qualificados para expandir sua atuação e agendas de pesquisa. Mais bolsas do CNPQ e CAPES poderiam ser direcionadas para essas Instituições, com o objetivo de inserir os jovens nas atividades de ensino e pesquisa.

A pequena e média produção regional, rural e urbana, é carente de profissionais de nível superior que poderiam mobilizar, adensar, modernizar e enraizar os arranjos produtivos locais já existentes e identificar a necessidade de novas estruturas produtivas e inovativas. Programas federais poderiam ser formulados para colocar esses jovens à disposição desses empreendimentos.

Os estados e municípios, no interior da Amazônia, na maioria das vezes, têm poucos recursos. Sabe-se que a implementação de políticas fundamentais como saúde e educação está municipalizada. Incorporar aos órgãos públicos, com o auxílio de recursos federais, os jovens egressos das ICT, com amplo conhecimento da realidade local, mudaria para melhor o desempenho das políticas públicas, a estruturação de projetos e o desenvolvimento territorial e regional.

#### **6) Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica**

O objetivo principal é fortalecer a cooperação científica e tecnológica entre os dois países no campo da biodiversidade amazônica. O Centro funcionará como uma rede de excelência formada por universidades, institutos de pesquisa e outras iniciativas,

promovendo pesquisa e inovação em áreas como bioeconomia, saúde, sustentabilidade e mudanças climáticas. As atividades incluirão o desenvolvimento de novos projetos, a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, além da transferência de tecnologias. A cooperação também buscará reforçar a produção científica e tecnológica, além de promover a mobilidade acadêmica e parcerias entre instituições de pesquisa dos dois países. O acordo de cooperação entre os países já está assinado.

### **7) Rede Amazônica de Pesquisa e Inovação em Biodiversidade**

A “Rede Amazônica de Pesquisa e Inovação em Biodiversidade” foi criada em janeiro de 2024, para fortalecer a cooperação regional entre instituições de pesquisa e inovação na Amazônia. Formada por oito institutos do Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru, a Rede visa integrar suas capacidades, promover o intercâmbio de conhecimento e desenvolver soluções inovadoras para a bioeconomia amazônica.

As várias iniciativas expostas no workshop apresentaram em comum o propósito do trabalho em rede, com geração de riqueza a partir do uso sustentável dos recursos naturais e a sua repartição entre as populações da região. Entretanto, foi igualmente observada a importância de que as iniciativas não concorram entre si, nem dupliquem esforços. Assim, cooperação e complementariedade entre os projetos foram apresentadas como perspectivas desejáveis. É igualmente desejável a incorporação desses esforços, para o desenvolvimento do país. As soluções tecnológicas para a sustentabilidade ambiental, econômica e social da Amazônia exigem urgência, escala e efetividade.

## **3. Contexto geral**

No governo Lula, o Estado brasileiro retomou sua capacidade de planejamento de longo prazo para o desenvolvimento. Além disso, a fim de fortalecer suas capacidades, voltou a apoiar projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação em áreas e projetos estratégicos que garantam a soberania nacional, e que tenham impacto nas próximas décadas, tais como biotecnologia, nanotecnologia, fármacos, materiais estratégicos, biocombustíveis, inteligência artificial, entre outros. Para além da ciência formal, os saberes ancestrais devem ser compreendidos como parte das ciências que devem ser fomentadas e reconhecidas. Os principais instrumentos para essas ações são a subvenção econômica e a cooperação com e entre universidades, centros de pesquisa e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços foi criada a Secretaria de Economia Verde, responsável por avançar em projetos de descarbonização da indústria, economia circular e Bioeconomia. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) também instituiu uma Secretaria de Bioeconomia. Além disso, no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi criada uma subsecretaria vinculada à Secretaria Executiva do Ministério, para a temática amazônica, contribuindo com a criação de uma institucionalidade transversal no governo que confere relevância para essa agenda.

O Estado, resgatando seu papel de planejador do desenvolvimento, propôs, no marco do processo de modernização institucional, que as políticas de desenvolvimento estejam orientadas a missões. Estruturar a política de desenvolvimento por meio de missões significa colocar a indústria, a ciência e a tecnologia, como meios e não como fim dos diferentes processos de desenvolvimento na realidade diversa da Amazônia. A política de desenvolvimento orientada por missões se baseia na identificação dos problemas e gargalos, para definir estratégias de inovação em diversos setores e garantir o bem-estar da população.

Historicamente, houve uma desconexão entre o desenvolvimento produtivo e o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Recentemente, buscando superar essa desconexão, o governo propôs, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), seis grandes missões, que consideram questões sociais a serem observadas e superadas pela sociedade brasileira. Nesse mesmo sentido, o governo lançou o Plano de Transformação Ecológica, que coloca em evidência a importância da sustentabilidade e da floresta viva para o desenvolvimento em bases sustentáveis do país.

Houve avanço significativo no fomento à ciência, tecnologia e inovação, especialmente a partir do descontingenciamento do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da ampliação de recursos para a região amazônica, sobretudo com a criação do programa Pró-Amazônia, da FINEP. Trata-se de um programa criado pelo Conselho do FNDCT, para gerar conhecimento sobre a sociobiodiversidade amazônica e para o desenvolvimento de tecnologias e atividades econômicas inovadoras e sustentáveis da região. Programas como esse, que tratam os desiguais a partir de suas desigualdades, devem ser valorizados, visando gerar isonomia das políticas entre as regiões do país. A FINEP, em conjunto com as demais agências de fomento, incide na melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de inovação empresarial.

No entanto, pela importância estratégica da Amazônia para o Brasil, para os diversos biomas, para garantir a regularidade no regime de chuvas e, conseqüentemente, a produtividade da agricultura brasileira, deve-se priorizar fortemente a alocação de recursos para fortalecer as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação locais. Da mesma forma, os ecossistemas de inovação, especialmente da Sociobioeconomia amazônica, devem ser priorizados, ouvindo tanto a indústria como as comunidades tradicionais sobre os gargalos a serem enfrentados para as diferentes soluções para o desenvolvimento desses setores. Entendemos que o Brasil, por deter a maior biodiversidade do planeta, especialmente na Amazônia, por ter grande disponibilidade de biomassa e uma matriz energética limpa, pode liderar globalmente uma economia de baixo carbono, se houver investimentos públicos significativos, que induzam o investimento privado e consolidem ecossistemas de inovação locais.

Ainda nesse sentido, é importante criar novos espaços para produzir conhecimentos sobre a Amazônia, a exemplo da Universidade Pan Amazônica e da Universidade Indígena, que busquem o intercâmbio de saberes e a cooperação com as instituições já instaladas.

É importante ressaltar que o Estado Brasileiro atual é muito mais complexo do que foi no passado. Por esta razão, ter critérios orientadores para o fomento contribui como instrumento para garantir que as prioridades econômicas e sociais e as políticas de governo convirjam em agendas que beneficiem as populações em torno de um novo modelo de desenvolvimento.

O Brasil, nos últimos anos, vem aumentando suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), o que inviabiliza atingir a meta proposta no Acordo de Paris de redução dos mesmos em até 37%, até 2025, e de 43%, até 2030. Com relação à Amazônia, centro das atenções mundiais em razão da sua importância para a sobrevivência do Planeta, ainda apresenta altos índices de desmatamento e de queimadas, que destroem ativos da biodiversidade e avolumam emissões de GEE. O desmantelamento das políticas ambientais promovido pelo governo passado impactou gravemente no controle e monitoramento do desmatamento da Amazônia por satélite, afetando também sistemas de proteção territorial, os quais o atual governo vem retomando. Importante salientar a forte presença do crime organizado na Amazônia, com invasões de terras públicas, de áreas protegidas e de Terras Indígenas (Tis), além da multiplicação de garimpos ilegais, o que torna o cenário mais complexo.

O desenvolvimento regional e a soberania, são dois temas que andam em conjunto e que assim devem ser considerados nas políticas de CT&I. No que se refere aos biomas brasileiros e sua sociobiodiversidade, cresce a demanda pelo aumento do incentivo para associar a bioprospecção aos estudos de biodiversidade e ao fortalecimento das coleções biológicas da região: se não incentivarmos a prospecção de ativos, ela será feita por outros países. Além disso, devem ser fortalecidos programas e os estudos sobre sistemas de uso da terra e seus impactos na biodiversidade e nos diversos grupos sociais. Questões de manejo e monitoramento de uso de recursos, como a pesca e a extração florestal, bem como sistemas regenerativos, também devem ser priorizadas.

Considerando a importância da Bioeconomia, da descarbonização da economia e da transição energética (missão 5 dentre as missões da Nova Indústria Brasil (NIB), o Estado tem um papel prioritário de regulamentação. A assinatura recente do Pacto de Transformação Ecológica entre os 3 poderes foi um grande avanço nesse sentido, com a integração de ações entre Executivo, Judiciário e Legislativo. Os projetos de lei de Hidrogênio Verde, Combustível do Futuro, Bioinsumos, Mercado Regulado de Carbono e das Eólicas Offshore buscam consensos na sociedade e ações coordenadas entre os três poderes.

As diversas políticas amparadas nessa nova rota de desenvolvimento centrados na solução de grandes problemas ambientais, econômico e sociais do país e da Amazônia, em particular, pressupõe trabalho coordenado, articulado e sinérgico em que o fomento científico e tecnológico deve estar alinhado para superar a “visão de silo” que tradicionalmente limita os impactos das ações de governo. Para que possamos avançar enquanto sociedade no sentido da sustentabilidade e uso soberano do espaço amazônico, é fundamental que haja o engajamento de toda a sociedade brasileira com as macro-

diretrizes do desenvolvimento sustentável, com os compromissos acordados pelo país em nível internacional e entre os três poderes da República.

Do ponto de vista dos projetos prioritários para essa agenda, a plataforma de financiamento climático, que busca organizar as ações internacionais, deve ser priorizada com novos estudos e disseminação de conhecimento. A Estratégia Nacional de Descarbonização da Indústria, que olha de maneira prioritária para seis setores de difícil abatimento de emissões, deve definir rotas tecnológicas para descarbonização da produção industrial, considerando o esforço industrializante feito por parte do governo. O Fundo Amazônia do MMA, gerido pelo BNDES, se apresenta como um motor de desenvolvimento socioeconômico da região amazônica, com estratégias que levem ao desmatamento zero e, ao mesmo tempo, promova práticas sustentáveis que beneficiem as populações locais, especialmente com capacitação. A destinação de terras públicas e a demarcação de terras indígenas são instrumentos essenciais neste novo modelo de desenvolvimento, e para esses territórios, as trajetórias tecnológicas devem considerar as Ciências Indígenas e os acervos locais de conhecimento.

A Política Nacional de Transição Energética, aprovada em agosto pelo Conselho Nacional de Política Energética, aponta para esse esforço de coordenação entre políticas públicas, como a NIB, Transformação Ecológica, Plano Clima e as políticas de CT&I. Importante que haja a coordenação de investimentos e fomento tecnológico para contemplar ações de redução. Especificamente, na Amazônia, a ação coordenada deve garantir segurança energética, combate à pobreza energética, permitindo o acesso universal à energia, ao saneamento e à água potável comunitárias - eixos fundamentais para as atividades da Sociobioeconomia da região.

Sobre a Bioeconomia, ressalta-se que o Brasil tem condição de liderar mundialmente essa temática. No caso da Amazônia, é fundamental avançar na produção de bioprodutos a partir da Sociobiodiversidade, considerando os desafios logísticos para escalar as diversas atividades da Sociobioeconomia : energia, transporte, conectividade, essenciais para a verticalização da produção.

Há de se aprimorar o inventário de emissões, que deve servir de guia na definição de áreas estratégicas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Além de contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais do Brasil em implementar a Convenção do Clima, o inventário é uma importante ferramenta para outras políticas públicas. Cada vez mais setores que minimizem emissões devem ser privilegiados, sempre olhando para os benefícios socioeconômicos direcionados às populações locais e ao equilíbrio climático do país e do Continente. Assim, como ação fundamental para a definição dos critérios, há que se desenhar um mapa dos ecossistemas regionais e analisar, em conjunto com as universidades e unidades de pesquisa e com a sociedade civil, o grau de maturidade dos projetos desenvolvidos na região, que exerçam impacto nos diferentes ambientais socioeconômicos locais.

No ano passado, o Congresso Nacional aprovou a Taxa de Referência (TR) para o financiamento da inovação no país. Trata-se de taxa vantajosa de juros, competitiva com



as taxas praticadas internacionalmente, que, visa estimular a inovação em empresas nacionais. É preciso que a TR seja instrumento do desenvolvimento regional do país, especialmente para os temas estratégicos e de soberania nacional. Assim, os critérios orientadores do fomento devem considerar o grau de maturidade dos projetos de pesquisa, a relevância do tema para as ações prioritárias de governo e o uso soberano dos nossos recursos disponíveis.

Do ponto de vista da mobilidade acadêmica de nível superior, é preciso vincular os egressos do ensino superior e tecnológico e as instituições de ensino e pesquisa às demandas regionais de desenvolvimento socioambiental, produtivo e de implementação de políticas públicas para qualificar, ampliar e disseminar inovações e reduzir desigualdades. A estratégia passa por construir instâncias inclusivas, mobilizadoras do conhecimento local para a superação dos desafios do desenvolvimento, considerando a diversidade do território. Os recursos devem ser destinados de forma específica para a região, a fim de atacar as desigualdades a partir da lógica da própria região.

Por fim, é fundamental que se reconheça que o Brasil divide o território amazônico com outros países e que, por isso, as ações devem ser conjuntas e integradas. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é o organismo de cooperação entre os oito países que integram a Amazônia Continental, e seus países membros assumiram o compromisso de cumprir com as responsabilidades expressas na Declaração da Cúpula de Belém, realizada entre os dias 7 e 9 de agosto de 2023, com vistas a construir processos de desenvolvimento regional conjuntos.

#### 4. Pontos-Chave

Nesse contexto, os pontos destacados a seguir devem ser observados de forma prioritária:

- Garantia de aumento de recursos para a região, com fluxo contínuo;
- Foco em missões orientadas para resolver problemas e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, considerando que são 30 milhões vivendo em cidades e territorialidades rurais diversas;
- É essencial focar em abordagens integradas, territorializadas e coordenadas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, garantindo a contribuição nacional para a sustentabilidade da Amazônia Continental;
- Complexificação dos desafios relacionados à mudança climática e desmatamento, considerando os impactos sociais, culturais e econômicos;
- Necessidade do fortalecimento do protagonismo das instituições amazônicas;
- Importância da transformação ecológica e da Bioeconomia, interpretadas a partir das dinâmicas locais de desenvolvimento;
- A Bioeconomia e a Sociobioeconomia representam uma oportunidade significativa para o desenvolvimento sustentável da região e para o posicionamento soberano internacional do Brasil na liderança dessa agenda;

- A necessária articulação orgânica entre desenvolvimento produtivo e científico-tecnológico;
- O conhecimento científico deve ser combinado com saberes ancestrais, Ciência Indígena e o amplo acervo de conhecimentos locais;
- A articulação entre diferentes setores e níveis de governo deve ser fortalecida nas ações para o desenvolvimento e as responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos;
- A inserção profissional de jovens da região nos seus territórios é crucial para promover novos dinamismos socioeconômicos e a amplificação dos impactos das tecnologias sustentáveis no desenvolvimento;
- Processos e projetos devem ser complementares e inclusivos;
- Garantia de recursos de longo prazo e específicos para a superação de gargalos das assimetrias e desigualdades estruturais.

## 5. Recomendações

1. Implementar sistemas de governança integrados para coordenar ações de cooperação entre as diversas iniciativas na Amazônia;
2. Priorizar o financiamento de processos e projetos alinhados com as missões definidas pelo governo, especialmente relacionados à Bioeconomia e à sustentabilidade;
3. Desenvolver programas de incentivo para a inserção de jovens profissionais; qualificados nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável na região;
4. Fortalecer a cooperação e a integração regional, especialmente com países da Amazônia Continental;
5. Criar mecanismos para garantir a diminuição das desigualdades inter e intra regionais;
6. Intensificar os esforços de monitoramento e combate ao desmatamento, integrando tecnologias avançadas, mobilização social e conhecimentos tradicionais;
7. Estimular a criação de comissões diversificadas do ponto de vista de territórios e de áreas do conhecimento, para análise dos projetos a serem fomentados;
8. Estabelecer um programa robusto de bolsas e incentivos para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e extensão social e produtiva, especificamente na Amazônia e envolvendo atores locais desde a identificação das principais demandas de conhecimento;
9. Promover investimento estatal na infraestrutura sustentável na região, especialmente em termos de energia, conectividade, transporte e logística, para viabilizar a expansão da ciência, tecnologia e inovação;
10. Implementar um sistema de avaliação contínua das iniciativas de CT&I, garantindo sua efetividade e alinhamento com os programas e ações prioritárias

do governo federal, a partir de expectativas de melhorias sociais e econômicas das populações locais

11. Adequar as linhas de crédito dos bancos públicos de desenvolvimento, inclusive dos seus critérios de definição, às necessidades e especificidades dos tomadores de crédito comprometidos com a sustentabilidade econômica e social da região;
12. Promover a criação de mecanismos de compartilhamento de risco por parte do Estado Brasileiro em relação aos projetos de fronteira tecnológica;
13. Priorizar o desenvolvimento das regiões menos favorecidas no uso da TR por parte dos bancos e agências de fomento;
14. Valorizar propostas e estimular as instituições públicas de pesquisa da região em consonância com os interesses das populações locais;
15. Apoiar o desenvolvimento de projetos de base tecnológica em todo o seu ciclo na região.

## 6. Critérios Orientadores para o Fomento de Iniciativas de Ciência, Tecnologia e Inovação na Amazônia

1. **Impacto Local e Regional:** avaliar o potencial de iniciativas para gerar benefícios diretos às comunidades amazônicas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.
2. **Alinhamento com prioridades dadas pelo Estado Brasileiro:** favorecer projetos que se alinhem e contribuam para a implementação de políticas públicas relevantes para a Amazônia.
3. **Soberania:** valorizar mecanismos de governança, gestão de dados e informações estratégicas para o país, além da ética na pesquisa científica e a garantia do respeito à propriedade intelectual dos povos e populações da região.
4. **Interdisciplinaridade e diálogo de saberes:** valorizar abordagens interdisciplinares que integrem diferentes áreas do conhecimento para enfrentar os desafios complexos da região.
5. **Inserção de Profissionais da região na região:** considerar a permanência e atração de jovens pesquisadores e profissionais qualificados na região amazônica.
6. **Bioeconomia:** favorecer iniciativas de Bioeconomia baseadas na Sociobiodiversidade amazônica, desenvolvendo bioprodutos e cadeias de valor locais, integrados com as iniciativas das comunidades locais e das iniciativas empresariais, em consonância com a NIB.
7. **Impacto Econômico:** Considerar o potencial do projeto para gerar oportunidades econômicas sustentáveis, contribuindo para a diversificação da economia local, fomentando a repartição de benefício e empreendedorismo.
8. **Inovação:** priorizar iniciativas que explorem soluções adaptadas ao contexto amazônico, contribuindo para a transformação ecológica, garantindo a permanência no país da tecnologia desenvolvida e o desenvolvimento social.

9. **Infraestrutura Científica:** apoiar propostas que contribuam para o fortalecimento e modernização da infraestrutura laboratorial e de pesquisa na região amazônica, com agregação de novas estruturas para o adensamento produtivo sustentável da região, priorizando a interiorização.
10. **Cooperação e Redes:** estimular propostas que promovam a cooperação entre instituições locais, nacionais e internacionais, fortalecendo redes de pesquisa e inovação inclusivas e com impacto na vida das pessoas
11. **Inclusão e Equidade:** priorizar iniciativas que promovam a inclusão social e a equidade, beneficiando comunidades tradicionais e indígenas, além da agricultura familiar e dos contextos urbanos da Amazônia.
12. **Escala e Replicabilidade:** considerar o potencial de escalonamento, competitividade e replicação dos resultados de iniciativas em diferentes contextos amazônicos.
13. **Integração de Saberes:** valorizar propostas que integrem conhecimentos científicos com ciência indígena e conhecimentos tradicionais e ancestrais das populações amazônicas.
14. **Sustentabilidade:** observar a sustentabilidade socioambiental e fomentar iniciativas que promovam a conservação da biodiversidade, a redução do desmatamento e a mitigação das mudanças climáticas.
15. **Monitoramento e Avaliação:** valorizar propostas que incluam mecanismos robustos de monitoramento e avaliação de impacto, permitindo o aprendizado contínuo e a melhoria das intervenções.

*Este documento foi entregue ao Ministro Alexandre Padilha, no dia 05 de setembro de 2024.*

### **Coordenação do Workshop:**

Celso Pansera – Presidente da FINEP

Raimunda Monteiro – Secretária Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável – CDESS/SRI/PR

Rodrigo Rollemberg – Secretário de Descarbonização e Economia Verde do MDIC

### **Assessoria e Relatoria:**

Ima Célia Vieira | FINEP

Verena Ritner

### **Apoio:**

Adriano Laureno | CDESS

Marcia Telles | FINEP

Lígia Valadão | CDESS

Patricia Sperb | CBA

Rodrigo Lima | FINEP

Vanilda Campos | FINEP

Tatiana Lomba | FINEP

Segue a lista de participantes abaixo:

- ABC - Academia Brasileira de Ciências
- Aeroriver - AeroRiver - Barco Voador Engenharia e Desenvolvimento LTDA
- AMIT - Instituto de Tecnologia da Amazônia / Amazon Institute of Technology
- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- BASA – Banco da Amazônia
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CASA CIVIL
- CBA - Centro de Bionegócios da Amazônia
- CDESS - Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável
- CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
- CIEAM - Centro da Indústria do Estado do Amazonas.
- Click IP - Grupo Click IP
- "CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- "
- CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
- CONFAP - Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
- CONSECTI - Conselho Nacional de Secretários para assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRAPPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
- Ezscience
- FAS - Fundação Amazônia Sustentável
- FIEAM- Federação das Indústrias do Amazonas
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- FIOCRUZ AMAZÔNIA - Fundação Oswaldo Cruz
- FOPROP - Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras
- FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- INSTITUTO MAMIRAUÁ - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – CENTRO REGIONAL AMAZÔNIA
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Ministério da Fazenda
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MME - Ministério de Minas e Energia
- MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
- PETROBRAS
- SBPC - Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
- SENAI CETIQT RJ - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil
- SENAI CIMATEC - Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia
- SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- UEA - Universidade do Estado do Amazonas
- UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- UFPA - Universidade Federal do Pará
- Universidade Federal do Acre